PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2069/2025

	ÍNDICE						
ITEM	CONTEÚDO	PÁGINA					
01	PREAMBULO	02					
02	OBJETO	02					
03	PRAZO	02					
04	PREÇO ESTIMADO	02					
05	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	02					
06	DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS	03					
07	CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO	03					
08	PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	04					
	E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)						
09	VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME	05					
10	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES	06					
11	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	07					
12	ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	07					
13	FORMULAÇÃO DE LANCES/P	08					
14	CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	09					
15	NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS	10					
16	CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	10					
17	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	11					
18	RECURSOS	13					
19	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	14					
20	NOTA DE EMPENHO	14					
21	SUBCONTRATAÇÃO	15					
22	CONDIÇOES DE PAGAMENTO	15					
23	REAJUSTAMENTO DE PREÇOS	16					
24	FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL	16					
25	EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO	18					
26	SANÇÕÉS ADMINISTRATIVAS	19					
27	GARÁNTIA CONTRATUAL	20					
28	ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	20					
20	CUMPRÍMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE	20					
29	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)	20					
30	IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLAREĆIMENTO	20					
31	DISPOSIÇÕES FINAIS	21					
32	DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO	22					
33	FORO	23					
	ANEXOS						
I	TERMO DE REFERÊNCIA	24					
II	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	38					
III	MINUTA CONTRATUAL	40					

1. PREAMBULO

O Município de Casimiro de Abreu, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação EXCLUSIVA DE EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, Modo de Disputa ABERTO nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 2.384/2023, Decreto Municipal nº 3.335/2023 e Decreto Municipal 2718/2022 e suas alterações posteriores.

- 1.1. Data da sessão: 19/09/2025;
- 1.2. Horário: 10:00 horas (Horário de Brasília);
- 1.3. Local: Portal Oficial do Município de Casimiro de Abreu (http://www.casimirodeabreu.rj.gov.br ou http://governo.casimirodeabreu.rj.gov.br), no Jornal Oficial do Município de Casimiro de Abreu e no Portal de Compras do Governo Federal: https://www.gov.br/compras/pt-br/.
- 1.4. UASG: 985825

2. OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais pedagógicos, tecnológicos, brinquedos educativos e equipamentos para sala multidisciplinar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 2.1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 2.2. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Comprasnet SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

PRAZO

- 3.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período.
- 3.2. O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias, a contar da Autorização de Fornecimento.

4. PREÇO ESTIMADO

- 4.1. O preço total estimado da presente licitação é R\$ R\$ 325.641,98 (trezentos e vinte e cinco mil seiscentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos), conforme MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ANEXO II deste Edital.
- 4.2. O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando o Município de Casimiro de Abreu a utilizá-lo integralmente.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas oriundas deste Edital correrão por conta dos recursos orçamentários, conforme abaixo:

SECRETARIA	PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	VALOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE	20.07.12.361.0040.1074	4.4.90.52.99	2569	R\$ 325.641,98
EDUCAÇÃO	20.07.12.361.0040.2081	3.3.90.30.99	2569	φ σ2σ.σ 11,σσ



6. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

6.1. As propostas devem indicar o preço líquido unitário, em moeda nacional. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Para todos os itens do termo de referência, poderão participar deste pregão **exclusivamente** empresas que:
- 7.1.1. Cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou Microempreendedor Individual (MEI) e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame;
- 7.1.2. A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso, configura fraude à licitação, ensejando, por consequência, aplicação da penalidade do artigo 46 da Lei 8.443/1992, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a autora da fraude obtenha a vantagem esperada, conforme Acordão 1483/2024-TCU-Plenário.
- 7.1.3. Atendam aos requisitos especificados nos subitens 7.1.1 a 7.1.3;
- 7.2. No momento de inserção da proposta no Sistema Comprasnet SIASG, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- 7.3. O licitante que se enquadrar como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 7.4. O licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.
- 7.4.1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.
- 7.5. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:
- 7.5.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 7.5.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- 7.5.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

- 7.5.4. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- 7.5.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- 7.5.6. Será exigido do consórcio acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, quando for o caso.
- 7.5.6.1. O acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.
- 7.5.7. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 7.6.1 deste Edital.
- 7.5.8. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.
- 7.6. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:
- 7.6.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690/2012, e a Lei Complementar nº 130/2009;
- 7.6.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- 7.6.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- 7.6.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

8. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

- 8.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 8.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 8.2.1. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro, para a regularização da documentação;
- 8.2.2. Não havendo fundamentação plausível, o pedido de prorrogação do prazo para a regularização fiscal será negado;

8.3. A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

9. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

- 9.1. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas:
- 9.1.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 9.1.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 9.1.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 9.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 9.1.3.1. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 9.1.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 9.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 9.1.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 9.1.7. Sociedades empresárias que estiverem em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial;
- 9.1.7.1. Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.
- 9.1.8. Que tenham entre seus sócios o Prefeito, seus auxiliares diretos, Vice-Prefeito ou Vereadores, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, subsistindo a proibição até 06 (seis) meses após findas as respectivas funções, nos termos do artigo 98 da Lei Orgânica do Município de Casimiro de Abreu.

9.1.9. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 10.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 10.1.1. A etapa de que trata o item 10.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.
- 10.1.2. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, conforme item **15.6** e pelos mesmos meios definidos no item **10.1**.
- 10.1.3. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.
- 10.2. O envio da proposta e dos documentos de habilitação, nos termos do disposto no **item 10.1**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 10.3. No momento de inserção da proposta, a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações:
- 10.3.1.1. Manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
- 10.3.1.2. Declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;
- 10.3.1.3. Declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
- 10.3.1.4. Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, caso esteja enquadrada na condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), que ostenta os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei com observância do §1º do artigo 4º da Lei Federal 14.1333/21.
- 10.3.1.5. Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 10.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas no edital.
- 10.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 10.6. Na etapa de apresentação da proposta, observado o disposto no **item 10.1**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o **item 15 do edital**.
- 10.7. A proposta deverá ser inserida no Sistema Comprasnet SIASG no momento do registro dos valores, no campo próprio, e a licitante deverá consignar de forma expressa:

- 10.7.1. Que compreende a descrição dos produtos ofertados, os preços unitários e totais dos itens para os quais pretende oferecer proposta, de acordo com o termo de referência **anexo I** deste edital;
- 10.7.2. Que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos;
- 10.7.3. O prazo de execução dos serviços, contados do recebimento da solicitação do Município de Casimiro de Abreu:
- 10.7.4. O prazo de validade da proposta comercial, que será de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.
- 10.8. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse do Município de Casimiro de Abreu, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.
- 10.9. A licitante que apresentar proposta incompatível com as especificações editalícias será desclassificada e não participará da etapa de lances.
- 10.10. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da etapa de lances, importa a desclassificação de sua proposta.

11. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1. A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br/ ou www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).
- 11.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 11.4. A ausência de resposta num prazo máximo de 15 minutos poderá acarretar em desclassificação da Proposta ou Inabilitação da empresa, a depender da fase da ocorrência, ficando sua prorrogação a critério do pregoeiro.

12. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 12.1. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do termo de referência **anexo I** deste edital.
- 12.1.1. Somente na ausência de informações na proposta preenchida no comprasgov, será exigido o modelo de proposta de precos do Anexo II.
- 12.1.2. É exigido dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, mediante preenchimento em campo próprio do sistema ou, na sua falta, na forma do anexo II deste edital.
- 12.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.
- 12.3. Somente as licitantes com propostas aceitas participarão da fase de lances.
- 12.4. Como critério de julgamento das propostas, será adotado o MENOR PREÇO POR ITEM.

12.5. Como critério de aceitabilidade de preços das propostas serão adotados os preços unitários estimados, ou seja, após a fase de lances não serão aceitas propostas cujo(s) preço(s) unitário(s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) no termo de referência – **anexo I** deste edital.

13. FORMULAÇÃO DE LANCES

- 13.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para os itens que pretende participar, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 13.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.
- 13.3. A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 13.3.1. A licitante poderá, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, desde que inferiores ao último lance dado pela própria licitante.
- 13.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo de real).
- 13.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.
- 13.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 13.7. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.
- 13.7.1. Considerar-se-á inexequível na fase de lances os valores aparentemente irrisórios ou com erros de digitação.
- 13.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 13.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 13.9.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 13.9.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata os itens 13.9 e 13.9.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 13.9.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 13.9 e 13.9.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 13.9.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será admitido o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.
- 13.9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto nos itens 13.9 e 13.9.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir



o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

14. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 14.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior ao preço da melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 14.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;
- 14.1.2. Não tendo apresentado oferta inferior ao menor valor da etapa de lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito:
- 14.1.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada, cumpridos os demais requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.
- 14.2. Serão desclassificadas as propostas que:
- 14.2.1. Contiverem vícios insanáveis:
- 14.2.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- 14.2.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- 14.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;
- 14.2.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 14.3. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- 14.4. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.
- 14.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 14.5.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 14.5.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 14.5.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 14.5.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

- 14.6. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 14.6.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;
- 14.6.2. Empresas brasileiras;
- 14.6.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 14.6.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

15. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 15.1. Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício às microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.
- 15.2. A negociação será realizada por meio do sistema Comprasnet SIASG, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 15.3. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço com o valor estimado para a contratação.
- 15.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 15.5. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Casimiro de Abreu para orientar sua decisão.
- 15.6. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.
- 15.7. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 15.8. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.
- 15.9. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.
- 15.10. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 15.11. A negociação será conduzida pelo pregoeiro, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

16. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

- 16.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura participação, mediante consulta ao:
- 16.1.1. Sicaf (https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/consultass), a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

- 16.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar requerido.php;
- 16.1.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, no endereço eletrônico http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis;
- 16.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no endereço eletrônico https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep;
- 16.2. Efetuada a verificação referente aos itens acima, o Pregoeiro convocará os documentos exigidos para habilitação e , quando solicitada, o envio da proposta;
- 16.3. Poderá ser consultada a documentação de habilitação faltante, das licitantes, por meio do SICAF, com base nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação especificada neste edital;
- 16.4. Os documentos exigidos para habilitação e o envio da proposta, quando solicitado, deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 01 (uma) hora, prorrogável uma única vez por igual período, desde que solicitado pelo licitante, contado da convocação efetuada no sistema;
- 16.5. Excepcionalmente, quando necessário à confirmação da veracidade dos documentos enviados eletronicamente, o pregoeiro poderá solicitar o encaminhamento dos documentos em original ou cópia autenticada, a serem enviados pelo licitante no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, informando o número do pregão; O endereço para envio da documentação é: Rua Mário Costa, n.º 593, Vale das Palmeiras, Casimiro de Abreu RJ, CEP: 28.860-000.
- 16.6. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

17. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 17.1. A documentação relativa à **capacidade jurídica** consistirá em:
- 17.1.1. Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física, acompanhado do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou documento que comprove tal condição;
- 17.1.2. Registro comercial, no caso de licitante empresário individual;
- 17.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, no caso de licitante sociedade empresária e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 17.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de licitante sociedade civil, acompanhado de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício;
- 17.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 17.1.6. No caso de participação de profissionais organizados em cooperativa, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- 17.1.6.1. Ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão "Cooperativa de Trabalho" na denominação social da cooperativa;
- 17.1.6.2. Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);
- 17.1.6.3. Regimento interno (com ata da aprovação);

- 17.1.6.4. Regimento dos fundos (com ata de aprovação);
- 17.1.6.5. Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;
- 17.1.6.6. Registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;
- 17.1.6.7. Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;
- 17.1.6.8. Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;
- 17.1.6.9. Ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe.
- 17.1.6.10. Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:
- 17.1.6.10.1. Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou;
- 17.1.6.10.2. Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.
- 17.1.6.11. Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no item 16 deste Edital.
- 17.1.6.12. A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto neste Edital acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.
- 17.2. A documentação relativa à **regularidade fiscal**, **social e trabalhista** consistirá em:
- 17.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 17.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual:
- 17.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com os encargos sociais instituídos por lei, na forma da legislação específica;
- 17.2.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, **inclusive Dívida Ativa**, relativos aos tributos de ICMS, da sede do licitante;
- 17.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.
- 17.2.5.1. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá constar regularidade com ISS e Taxas.
- 17.2.6. Prova de Regularidade (CRF) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços FGTS, na forma da legislação específica;
- 17.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos

Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, na forma da legislação específica.

- 17.3. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.
- 17.4. Quanto à forma de apresentação dos documentos de habilitação, exigir-se-á o seguinte:
- 17.4.1. Se a licitante for matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
- 17.4.2. Se a licitante for filial, podem ser apresentados documentos que, comprovadamente e pela sua própria natureza, sejam emitidos em nome da matriz;
- 17.4.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 17.4.3.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- 17.4.3.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 17.4.4. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 17.5. Será(ão) inabilitada(s) a(s) licitante(s) que deixar(em) de apresentar qualquer documento relativo à habilitação ou apresentá-lo com prazo de validade vencido.
- 17.6. Fica facultada à Administração, consultar os sites para certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados.
- 17.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir, quando exigidos, os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

18. RECURSOS

- 18.1. Dos atos de julgamento das propostas, de habilitação ou de inabilitação e de anulação ou de revogação da licitação, caberá recurso, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 18.2. A intenção de recorrer dos atos de julgamento deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 18.2.1. Será concedido prazo de 10 (dez) minutos, para que os licitantes manifestem sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 18.2.2. Nos casos de anulação ou de revogação da licitação, o termo inicial para a contagem do prazo recursal é a data da publicação da decisão no Jornal Oficial do Município.
- 18.3. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.
- 18.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação ao Ordenador de Despesas do órgão gestor da contratação, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 18.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 18.6. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de divulgação da interposição do recurso.
- 18.7. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 18.8. Os itens para os quais não for interposto recurso poderão ser desde logo adjudicados.

19. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. Declarada a vencedora (s) do certame, o resultado da licitação será submetido à autoridade competente da Secretaria Municipal de Educação para o procedimento de adjudicação e homologação da licitação.

20. NOTA DE EMPENHO

- 20.1. Após a adjudicação e homologação da licitação, será emitido a Nota de Empenho no exercício do ano corrente.
- 20.2. Em havendo documentação vencida, o **Município de Casimiro de Abreu** notificará a empresa vencedora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação, apresente a documentação atualizada.
- 20.3. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato, a contar de sua convocação.
- 20.4. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão gestor da contratação.
- 20.5. Caso o licitante não assine o termo de contrato ou não aceite ou não retire o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 20.6. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 20.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 20.5 do Edital, a Administração, observado o valor estimado, poderá:
- 20.7.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 20.7.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 20.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se exigida, em favor do órgão ou entidade licitante, salvo na hipótese do subitem 2.7.1 deste Edital.

20.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos subitens 20.5 e 20.7 e seguinte deste Edital.

21. SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Não será admitida a subcontratação parcial do objeto da licitação.

22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 22.1. Os pagamentos serão efetuados pelo **Município de Casimiro de Abreu**, em moeda corrente nacional, **em 30 dias**, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços, na forma do item 25.
- 22.2. Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome do **Município de Casimiro de Abreu**.
- 22.3. O **Município de Casimiro de Abreu** efetuará o pagamento mediante crédito em contacorrente da contratada, em parcelas, à medida que o objeto for executado, até o 30° (trigésimo) dia consecutivo, a contar da atestação da nota fiscal/fatura apresentada, verificado o recebimento do objeto contratual e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas no termo de referência Anexo I do edital e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei Federal 14.133/21.
- 22.4. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.
- 22.5. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do Município, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.
- 22.5.1. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.
- 22.6. O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante a autorização expressa da Secretaria Municipal de Fazenda, em processo próprio, que se iniciará com requerimento da licitante contratada dirigido ao Secretário(a) Municipal de Fazenda;
- 22.7. Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da licitante contratada, aplicar-se-á, no que couber, a retenção tributária na fonte dos tributos federais e municipais, conforme disposto na Lei Federal nº 9.249, de 26/12/1995, na Lei Federal 9.430, de 27/12/1996, na Instrução Normativa SRF nº 1234, de 11/01/2012, na Instrução Normativa SRF nº 971, de 13/11/2009, e na Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, combinada com a correspondente lei municipal.
- 22.8. A contratada que estiver enquadrada nas hipóteses de não retenção tributária (artigo 4º da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012) ou amparada por medida judicial que suspenda a exigibilidade do crédito tributário (artigo 36º da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012) deverá apresentar o documento de cobrança acompanhado da comprovação de que continua enquadrada ou amparada, sob pena de retenção de tributos pela fonte pagadora.
- 22.9. Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova



documentação isenta de erros.

23. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 23.1. Os contratos que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado, podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 23.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.
- 23.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.
- 23.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.
- 23.5. Nos termos do artigo 231 do Decreto Municipal nº 3335/2023, serão objeto de preclusão:
- 23.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato e;
- 23.5.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

24. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

- 24.1. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e Fiscal de Contratos ou pela Comissão de Gestão e Fiscalização Contratual, representantes da Administração especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 2384/2023 e do Decreto Municipal nº 3335/2023.
- 24.2. São atribuições do Gestor de Contratos e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
- 24.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e saldos de atas de registro de preços, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;
- 24.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;
- 24.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante a execução contratual, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;
- 24.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;
- 24.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual:
- 24.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

- 24.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;
- 24.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;
- 24.2.9. Decidir provisoriamente pela suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 24.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;
- 24.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;
- 24.2.12. Informar ao Ordenador de Despesas até o último dia útil do mês de novembro de cada ano, os compromissos contratuais não liquidados no exercício, objetivando reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho em Restos a Pagar que estejam sob a sua gestão;
- 24.2.13. Participar dos estudos com levantamentos de custos estimados para projeção e inclusão na proposta orçamentária para o exercício seguinte;
- 24.2.14. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, apostilamentos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 24.2.15. Exercer outras atividades compatíveis com a função.
- 24.2.15.1. O Gestor de Contratos poderá elaborar o termo de referência ou projeto básico;
- 24.3. São atribuições do Fiscal de Contratos e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
- 24.3.1. Acompanhar os prazos de entrega ou execução de obras ou serviços, diligenciando com a empresa contratada, se necessário;
- 24.3.2. Receber, provisória e definitivamente, as aquisições, obras ou serviços, mediante termo detalhado;
- 24.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal do contratado;
- 24.3.4. Devolver à contratada as notas fiscais em desconformidade com o contrato;
- 24.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- 24.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;
- 24.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 24.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;
- 24.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- 24.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
- 24.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- 24.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;

- 24.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto:
- 24.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 24.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 24.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 24.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;
- 24.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;
- 24.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promover o controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- 24.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à contratada;
- 24.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da contratada previstas no Termo de Referência, no Projeto Básico e no contrato;
- 24.3.22. No caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos anteriores:
- 24.3.22.1. manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, Anotações de Responsabilidade Técnica, Registros de Responsabilidade Técnica, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;
- 24.3.22.2. Verificar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;
- 24.3.22.3. Verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais:
- 24.3.23. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

25. EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 25.1. Executados os serviços e apresentada a Nota Fiscal, a Fiscalização emitirá Termo de Recebimento Provisório para que, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias efetue a conferência em consonância ao instrumento convocatório, a nota de empenho de despesa, autorização de compra ou a ordem de execução de serviços e, verificada a regularidade do serviço, no prazo referido, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.
- 25.2. Constatado qualquer defeito ou irregularidade nos serviços, a Fiscalização comunicará ao Prestador de Serviços, por escrito, para que no prazo máximo de 05 (cinco) dias efetue a troca, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- 25.3. Após a troca, e verificada a conformidade dos serviços na forma do item 25.1, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Definitivo do Serviço.
- 25.4. O pagamento somente poderá ser efetuado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e após atestada a 1ª via da Nota Fiscal por dois servidores com assinatura sobre carimbo e visada pelo titular do Setor Interessado.

25.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 26.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:
- 26.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 26.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 26.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 26.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 26.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 26.1.6. Não celebrar o contrato / instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 26.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 26.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 26.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 26.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 26.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 26.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 26.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- 26.2.1. Advertência;
- 26.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;
- 26.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Casimiro de Abreu, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 26.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
 - 26.2.4.1. Verificada a ocorrência de fraude comprovada, à licitação, o licitante fraudador ficará inidoneidade para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal, nos termos do Acordão 1483/2024-TCU-Plenário.
- 26.3. A aplicação de sanções observará o devido pro/pcesso administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com os artigos de 31 ao 44 da Lei Municipal nº 2.384/2023.
- 26.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

- 26.5. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Secretaria Municipal de Controle Interno, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).
- 26.6. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.
- 26.7. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada, quando esta for exigida. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

27. GARANTIA CONTRATUAL

27.1. Não será Fica exigida a Garantia para contratar.

28. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

- 28.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, devendo em ambos os casos a decisão estar devidamente fundamentada no processo.
- 28.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados, conforme preceitua o §3º do artigo 71 da Lei Federal 14.133/2021.

29. CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

- 29.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 29.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
- 29.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.
- 29.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o contratante, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.
- 29.5. A contratada declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

30. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

30.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data fixada neste edital para abertura do certame.

- 30.2. As impugnações e solicitações de esclarecimentos deverão ser enviadas ao pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:
- 30.2.1. Eletrônico, no endereço licitacao@casimirodeabreu.rj.gov.br ou via Protocolo eletrônico no link: https://casimirodeabreu.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5 ou;
- 30.2.2. Escrito, através do Protocolo Geral, ao Pregoeiro, na Rua Padre Anchieta, nº 234, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, Cep: 28860-000, que estará em funcionamento das 09h às 17h, diariamente exceto aos sábados, domingos e feriados.
- 30.3. Os licitantes poderão utilizar do seguinte meio de comunicação para obter informações e esclarecimentos: <u>licitacao@casimirodeabreu.rj.gov.br</u> ou pelo telefone (22)2778-9800, ramal 2708:
- 30.4. Caberá ao Pregoeiro responder às impugnações e os pedidos de esclarecimentos interpostos que poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.
- 30.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos endereços eletrônicos https://transparencia.casimirodeabreu.rj.gov.br/licitacaolista.php e www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 30.6. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 30.7. Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observado o prazo de ancoragem específico, conforme artigo 55 da Lei Federal 14.133/2021.
- 30.8. As respostas aos pedidos de esclarecimento e de impugnação serão divulgadas, concomitantemente nos endereços eletrônicos https://transparencia.casimirodeabreu.rj.gov.br/licitacaolista.php e www.gov.br/compras/ptbr, além do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), observados os prazos previstos no item 29.5, para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo.
- 30.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.
- 30.10. A cada esclarecimento, impugnação e/ou manifestação por escrito do Pregoeiro e Equipe de Apoio será atribuído um número sequencial, a partir do número 01 (um), incorporando-se ao processo administrativo.

31. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 31.1. Será admitida a assinatura digital nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante uso de certificado digital ICP-Brasil.
- 31.2. Será admitida a assinatura eletrônica nos atos e documentos nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante login e senha de acesso do usuário, em sistema oficial de gestão de documentos e processos eletrônicos.
- 31.3. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.



- 31.4. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 31.5. Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18E, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 31.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.
- 31.7. O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através dos endereços eletrônicos https://transparencia.casimirodeabreu.rj.gov.br/licitacaolista.php ou www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 31.8. A apresentação da proposta vincula automaticamente a licitante aos termos do presente Edital, seus anexos, assim como da legislação de regência sobre a matéria.
- 31.9. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município no endereços eletrônicos https://transparencia.casimirodeabreu.rj.gov.br/licitacaolista.php, bem como de seu extrato no Diário Oficial da União, do Estado, do Município e em jornal diário de grande circulação local.
- 31.10. Após a aprovação da autoridade competente, nos termos do inciso XI do Art. 51 do Decreto Municipal 3.335/2023, a publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e publicação do seu extrato em Imprensa Oficial do Município de Casimiro de Abreu e em jornal diário de grande circulação.
- 31.11. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste instrumento serão decididos pela Administração, segundo as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 2.384/2023, no Decreto Municipal nº 3.335/2023 e suas alterações posteriores, e demais regulamentos e normas administrativas que passam a fazer parte deste Edital, independente de transcrições.
- 31.12. Para a execução do objeto deste Edital, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
- 31.13. O licitante tem conhecimento do Código de Integridade do Agente Público do Poder Executivo do Município de Casimiro de Abreu, Lei Municipal n.º 2.304/2023, constante no link https://casimirodeabreu.rj.gov.br/leis/.

32. DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO

- 32.1. A documentação a seguir, faz parte integrante deste Edital.
- ANEXO I Termo de Referência
- ANEXO II Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO III Minuta Contratual



33. FORO

33.1. Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Casimiro de Abreu/RJ, por mais privilegiado que outro seja para serem dirimidas eventuais dúvidas decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa.

Casimiro de Abreu, 04 de setembro de 2025.

Comissão de Elaboração de Editais Port. 022/2025



ANEXO I TERMO DE REFERENCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº. 010/2025 AQUISIÇAO

1. **OBJETO**:

- 1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento **de materiais pedagógicos, tecnológicos, brinquedos educativos e equipamentos para sala multidisciplinar**, conforme parâmetros e elementos descritivos neste Termo de Referência, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Casimiro de Abreu, através das Unidades Escolares Municipais.
- 1.2. Os bens que se pretende adquirir são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.3. Os quantitativos a serem adquiridos se encontram detalhados no item 9 deste Termo de Referência.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 28 da Lei Municipal 2384/2023 e art. 86 do Decreto Municipal nº 3335/2023.

2. **FUNDAMENTAÇÃO**:

- 2.1. A Secretaria Municipal de Educação, por meio do Departamento de Ensino, tem como meta, ao aderir ao Programa Escola em Tempo Integral, do Governo Federal, promover a melhoria da qualidade educacional mediante a ampliação da jornada escolar dos alunos da rede municipal. Essa iniciativa visa assegurar um processo formativo mais completo, que articule o desenvolvimento acadêmico com ações voltadas à formação integral, alinhadas às diretrizes da Política Nacional de Educação Integral.
- O Programa Escola em Tempo Integral é coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação e tem por finalidade viabilizar o cumprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014–2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014. Entre seus objetivos, destacam-se: fomentar a oferta de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica; promover a permanência dos estudantes com equidade; elevar a qualidade da educação pública e fortalecer a colaboração entre União, estados e municípios.

No âmbito da rede municipal, a implantação do Programa exige reestruturações pedagógicas, curriculares e físicas, de modo a garantir a efetividade do tempo estendido nas escolas. Tal ampliação deve estar integrada ao projeto político-pedagógico e ao currículo escolar, considerando os espaços internos e externos, os saberes do território e os recursos tecnológicos e pedagógicos disponíveis.

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de modernização das práticas pedagógicas na Rede Municipal de Ensino de Casimiro de Abreu, com ênfase nas Unidades Escolares selecionadas para adesão ao programa federal Escola em Tempo Integral.

A ampliação da carga horária escolar exige a diversificação dos métodos de ensino, com foco na inclusão, na inovação e na valorização de diferentes formas de aprendizagem.

A implantação de uma sala multissensorial surge como uma estratégia pedagógica essencial para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem. Este ambiente permite a oferta de estímulos sensoriais variados — visuais, auditivos, táteis e olfativos — e favorece o desenvolvimento cognitivo, emocional e motor dos estudantes, especialmente daqueles com dificuldades de aprendizagem, deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento.

A proposta vai ao encontro da necessidade de tornar a escola em tempo integral um espaço atrativo, inclusivo e acessível, promovendo práticas educativas que respeitam a diversidade e favorecem o desenvolvimento pleno dos alunos. A sala multissensorial funcionará como um recurso multidisciplinar de apoio, contribuindo para o avanço da aprendizagem por meio da experiência sensorial e da mediação pedagógica intencional.

Além disso, a demanda contempla também as instituições de Educação Infantil da rede municipal, mediante a aquisição de materiais pedagógicos que contribuam para a promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, conforme preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Resolução CNE/CP nº 2/2017) e pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (1998).

Esses documentos reconhecem a primeira infância como uma etapa fundamental na formação da personalidade, das competências socioemocionais e cognitivas das crianças.

A BNCC estabelece que brincadeiras e interações são eixos estruturantes da Educação Infantil, devendo ser incentivadas por meio de ambientes adequados e materiais que promovam a exploração, a curiosidade, a criatividade, o pensamento crítico e a socialização.

Destaca-se, portanto, a importância de espaços pedagógicos planejados com recursos lúdicos e interativos, que ofereçam múltiplas possibilidades de ação e expressão para as crianças.

O brincar é compreendido como linguagem essencial da infância, permitindo à criança compreender o mundo, expressar sentimentos, construir conhecimentos e desenvolver sua autonomia.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, destaca-se a importância do fortalecimento dos recursos pedagógicos e tecnológicos que promovam um ensino mais dinâmico, inclusivo e alinhado às diretrizes da Política Nacional de Educação Digital (Lei Federal nº 14.533/2023), a qual altera a LDB para incluir a computação na educação básica.

Por fim, serão adquiridos materiais e equipamentos voltados ao fortalecimento de projetos tecnológicos, como Robótica Educacional e Laboratórios de Ciências e Informática, contribuindo para o desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e digitais, em consonância com a Lei nº 9.394/1996 (LDB) e a Lei nº 14.533/2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital.

2.2. O objeto de contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. Como solução mais adequada às necessidades da administração, considerando o interesse público, os objetivos estratégicos da instituição e as opções de mercado, optou-se pela aquisição de materiais neste momento, pois:
- Assegura a durabilidade e continuidade do uso dos bens, permitindo que o investimento público gere benefícios a longo prazo;
- Otimiza os recursos públicos, evitando despesas recorrentes e garantindo o pleno atendimento aos objetivos do programa;
- Fortalece a autonomia das unidades escolares, permitindo gestão local dos materiais conforme as demandas pedagógicas.

Adicionalmente, é importante salientar que a verba orçamentária destinada à presente contratação possui caráter vinculado e requisitos específicos, devendo ser aplicada conforme determina o Programa Escola em Tempo Integral, regulamentado pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023.

A referida legislação objetiva fomentar a criação e ampliação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da educação integral. Assim, os recursos financeiros transferidos devem ser utilizados exclusivamente em despesas para a manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme disposto no art. 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996.

De acordo com o Manual de Execução Financeira do Programa Escola em Tempo Integral, o fomento financeiro tem como finalidade apoiar os entes federativos na organização e aprimoramento das redes de ensino para a expansão das matrículas em tempo integral, assegurando qualidade na oferta e permanência dos estudantes.

O ciclo de execução financeira do programa envolve etapas prévias à transferência dos recursos e etapas subsequentes, conforme definido no fluxograma de execução constante no referido manual.

Portanto, a atual estratégia de aquisição de materiais é justificada e recomendada, devendo ser mantida sob constante análise, de modo a assegurar que a Administração Pública adote sempre a solução mais benéfica, eficiente e adequada à realização dos objetivos educacionais e ao fiel cumprimento da legislação vigente.

Autorização das transferências pela SEB/MEC, as transferências financeiras no escopo do Programa

Escola em Tempo Integral são realizadas sem necessidade de convênio, acordo, contrato ou instrumento semelhante. Para receber os recursos, os entes federativos, por meio de suas secretarias de educação, necessitam assinar termo de adesão (fase Adesão) e pactuar metas de expansão de matrículas (fase Pactuação) no SIMEC.

Na fase de Pactuação, cada EEx deverá ainda anexar sua própria Política de Educação em Tempo Integral e uma norma exarada pelo Conselho Municipal de Educação que aprove a referida Política do ente.

Para os entes que realizaram a Pactuação, a SEB/MEC autorizará o FNDE e informará os dados necessários para a realização das transferências de recursos.

As transferências ocorrerão em duas parcelas, sendo a primeira correspondente a 50% dos recursos, após a fase de Pactuação. A segunda parcela corresponderá ao valor proporcional às matrículas pactuadas e efetivamente criadas e declaradas no SIMEC. Como consta no MANUAL DE EXECUÇÃO FINANCEIRO DO PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL (anexo ao processo).

3.2. Com base na análise realizada ao longo do ETP, concluímos que a solução mais viável para atender a demanda apresentada e a contratação de empresa especializada para fornecimento **de materiais pedagógicos, tecnológicos, brinquedos educativos e equipamentos para sala multidisciplinar.**

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Para garantir a adequada execução do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos mínimos na futura contratação:

- Fornecimento de materiais e equipamentos novos, de primeiro uso, devidamente embalados, identificados e acompanhados de certificados de conformidade e segurança, conforme normas técnicas aplicáveis;
- Inclusão de serviços de entrega e, quando aplicável, instalação e montagem dos equipamentos e materiais que exijam preparação ou ajuste prévio para utilização;
- Disponibilização de orientações para uso e conservação dos materiais, preferencialmente mediante manual impresso e/ou conteúdo digital autoinstrucional (vídeos ou guias interativos);
- O prazo de garantia dos materiais observará o disposto na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- Entrega dos materiais e equipamentos no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da solicitação formal ou da assinatura do contrato;

Adicionalmente, como condição para validação das propostas no Pregão Eletrônico, será exigida a apresentação de catálogo ou ficha técnica dos produtos ofertados, em formato digital (PDF), no sistema eletrônico. Os documentos deverão conter informações claras e suficientes para análise da compatibilidade dos itens com as especificações constantes do Termo de Referência.

Esses requisitos visam assegurar a qualidade, a durabilidade e a funcionalidade dos bens a serem adquiridos, bem como garantir a segurança jurídica, técnica e operacional da contratação, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade que regem a Administração Pública.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - SEMED:

- 5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) (meses), contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n° 14.133/2021;
- 5.1.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos;
- 5.2. As empresas vencedoras deverão entregar os itens em até 30 (trinta) dias corridos, após o envio da Autorização de Fornecimento, que sera enviada via sistema 1DOC.
- 5.3. A entrega dos materiais, deverá ocorrer no Depósito da Secretaria Municipal de Educação, situado a Rua Matias Netto Loteamento Pedro Rates Casimiro de Abreu/RJ, no horário de 9 às 16h, sendo previamente agendadas, junto ao Departamento de Infraestrutura Escolar.

- 5.4. A CONTRATADA deverá garantir que todos os itens fornecidos estejam em conformidade com as especificações técnicas descritas no Termo de Referência, livres de defeitos de fabricação, vícios ocultos ou quaisquer irregularidades que comprometam sua qualidade, funcionalidade ou segurança.
- 5.5. O descumprimento das obrigações previstas neste item sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, especialmente:
- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- demais penalidades previstas contratualmente.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

- 6.1. Caberá a servidora Estela Ladeira de Souza matricula 8683, designada como Gestora do Contrato por intermédio de <u>Portaria publicada no jornal municipal</u>, o acompanhamento da execução da contratação, inclusive suas prorrogações e aditamentos, quando for o caso, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legaise convencionais, bem como de outros elementos necessários à boa execução da contratação,nos termos do artigo artigo 21 da Lei Municipal nº 2384/2023.
- 6.2. Caberá ao servidor Alernio Berbet Heringer Mota matricula 8690, à Fiscalização designada por intermédio da Portaria, publicada no jornal municipal, a fiscalização da contratação, ficando responsável pelo recebimento, devendo acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, nos termos do artigo 22 da Lei Municipal nº 2384/2023.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

- 7.1. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. O objeto será recebido:
- 7.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, mediante Termo de recebimento Provisório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 7.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando- se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.5. Constatado qualquer defeito ou irregularidade nos materiais, a Comissão de Fiscalização comunicará a contratada para que no prazo máximo de até 5 (cinco) dias efetue a troca, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.6. Os ensaios, os testes e as demais provas para aferição do objeto do contrato com as normas técnicas oficiais, se necessárias, correrão por conta da Contratada.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 7.8. Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal em moeda corrente nacional, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal

junto ao INSS e ao FGTS.

- 7.9. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no artigo 137, §2°, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.10. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31° (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30° (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.
- 7.11. A Contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a Contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

- 8.1. A contratação será por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico;
- 8.2. O tipo de licitação é o menor preço.
- 8.3. A adjudicação será por item.
- 8.4. Modo de disputa será aberto;
- 8.5. A licitação sera excusiva a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48, I, da lei Complementar nº 123/06;
- 8.6. Será permitida a participação de empresas em consorcio.
- 8.7. Nao sera permitida a subcontratação do objeto, visando manter melhor controle sobre a entrega dos itens constantes desse TR:

9. DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES ESTIMADAS:

Adjudicação por item

ÍTEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITARIO R\$	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VALOR TOTAL R\$		
	MATERIAIS PERMANENTES							
1	485640 SIMILAR	Brinquedo Inflável – Mini Tobogã com motor Mini Tobogã inflável entrada lateral, com motor; Medidas: 3 m X2,10m; Voltagem:110v Cor: Multicolor	UND	R\$ 4.934,43	05	R\$ 24.672,15		
2	224758 SIMILAR	Cama Elástica Comprimento: 427 cm; Largura: 427 cm Cor da lona de salto: Preto; Cor da proteção de molas: Colorido; Diâmetro: 427 cm; Suporta ATÉ 220KG	UND	R\$ 2.487,00	09	R\$ 22.383,00		
3	612558 SIMILAR	Mesa laboratório retangular 1 Mesa: 6 usuários. Comprimento Total: 1,85M. Profundidade Total: 0,70M. Altura: 1,10M. Medida do Tampo Superior: (185cm de comprimento, 70cm de largura). Confecção do Tampo: Em MDF 18mm revestido em laminado melaminico. Bordas do Tampo: Em PVC tipo "T" colorido. Confecção da Estrutura: Pés em tubo quadrado de 30x30x1,20mm de aço carbono. Pintura da Estrutura: Pintura eletrostática a pó	UND	R\$ 1.319,36	13	R\$ 17.151,68		
4	461907 SIMILAR	Banqueta para laboratório Capacidade: 1 usuário. Comprimento Total: 0,38M (no chão). Profundidade Total: 0,38M (no chão). Altura: 0,75M. Medida do Tampo Superior: (30cm de diâmetro). Confecção do Assento: Em MDF 18mm revestido em laminado melaminico. Bordas do Assento: Em PVC tipo "T" colorido. Confecção da Estrutura: Pés em tubo redondo de 7/8"x1,06mm de aço carbono. Pintura da Estrutura: Pintura eletrostática a pó	UND	R\$ 234,16	50	R\$ 11.708,00		
5	622998 SIMILAR	Conjunto escolar - Círculo oitavado adulto colorido, composto por: 8 mesas trapézio coloridas, 8 cadeiras empilháveis e 01 mesa central oitavada branca. Cadeiras em polipropileno. Indicado acima de 11 anos. Mesas: MDP 18mm revestido em laminado de alta pressão (fórmica). Assento e Encosto: Polipropileno colorido de alta resistência com orifícios de ventilação. Cores: Verde acqua, azul, amarelo, vermelho e branco. Estrutura: Tubo 7/8 nas	UNIDADE	R\$ 4.486,65	10	R\$ 44.866,50		

		mesas e cadeiras, tubo de aço 1.1/4 na mesa central. Pintura epóxi-pó branco. Medidas Mesa Trapézio: Tampo 665/385 x 400mm. Altura 760mm. Medidas Mesa Central: Tampo 900 x 965mm. Altura 760mm. Altura da Cadeira: Até o assento 460mm. Altura total 800mm. Diâmetro : 1650mm + espaço desejado para as cadeiras. Porta-Livros: Gradil				
		abaixo do tampo em aço 4mm. Armário escolar, 2 portas independentes, com chaves,				
6	613252 SIMILAR	divisão vertical, 3 prateleiras cada lado formando 8 vãos em mdf 15mm. Medidas 600x800x400mm Estrutura: MDP 15mm na cor cinza Fundo: Duratree 3mm Medidas: 1600x800x400mm(AxLxP)	UND	R\$ 1.001,10	13	R\$ 13.014,30
7	469849 SIMILAR	Estante de Aço - 6 Prateleiras, 198cm(A) x 92cm(L) x 30cm(P) - Estoque, Organização, Almoxarifado, escritório. Loja, comércio, escolar, industria.	UND	R\$ 249,64	12	R\$ 2.995,68
8	278963 SIMILAR	Mesa Micro medindo 80x60x74 em MDF 15mm na cor ovo, com telcado regulável, estrutura pés de ferro com pintura epóxi.	UND	R\$ 251.,41	35	R\$ 8.799,35
9	470174	Suporte De Videocassete / Televisao Material: Aço Carbono Tipo: Pedestal Tamanho: Televisores Lcd/Led/Plasma 32" A 75" Acabamento Superficial: Pintura Eletrostática A Pó Cor: Preta Características Adicionais: Altura Regulável, Rodízios E Bandeja P/Dvd/Notebook	UND	R\$ 498,36	03	R\$ 1.495,08
10	253440 SIMILAR	Cadeira fixa, base em tubo de aço de carbono base em tubo de aço de carbono ¾, com tratamento anti ferruginoso, pintura eletrostática. Assento e encosto produzido com espuma laminada, revestido em tecido jacquard impermeabilizado na cor preta e capacidade de carga de até 100 kg altura do assento ao chão de 45cm	UND	R\$ 147,88	40	R\$ 5.915,20
11	236459 SIMILAR	Mesa para professor - tampo em MDP de 15 mm em cor clara e neutra medindo 1,20 x 0,60 x m, pés metálicos com pintura eletrostática e sapatas em polipropileno, fixação ao tampo através de parafusos	UND	R\$ 267,92	05	R\$ 1.339,60
12	359756 SIMILAR	Plastificadora –plastificadora desde crachás até o tamanho a3, pode ser utilizar o plaseal com espessura 0,5/0,7mm, velocidade; 270mm/min tempo de aquecimento: 5 a 10 minutos, possui luz indicadora quando atinge a temperatura ideal, plastifica frente e verso ao mesmo tempo.	UND	R\$ 388,60	02	R\$ 777,20
13	415278 SIMILAR	Encadernadora Perfuração: Redonda Extensão de perfuração: 330 mm Tamanho da mesa: 350 x 320 mm Capacidade de perfuração: 15 folhas Peso da máquina: 10 Kg 54 furos - Papel oficio 2 50 furos - Papel A4 35 furos - Carta	UND	R\$ 754,87	02	R\$ 1.509,74
14	471988	Mesa Tênis De Mesa / Futmesa Material Tampo: Mdf Material Estrutura: Tubo De Aço Tipo: Dobrável Acabamento Tampo: Pintado Acabamento Estrutura: Pintura Espessura Tampo: 25 MM Cor: Azul Características Opcionais: Com Medidas Oficiais Padrão Ittf (International Ta Características Adicionais: Com Rodízios, Permite O Uso Como Paredão Para Trei	UND	R\$ 1.984,03	01	R\$ 1.984,03
15	471988 SIMILAR	Mesa Tênis De Futmesa -Tampo com formato irregular e confeccionado em MDF de 15 mm de espessuraPintura epóxi de alta resistênciaAdesivo em vinil americano com espessura de 0,08mm e impressão com eco solvente. Atenção: adesivo poderá sofrer desgaste se o usuário subir na mesa com chuteirasPeso suportado pela mesa: 250 Kg. Até 02 jogadores podem subir na mesa -Medidas do produto: Ponto mais baixo: 52cm Ponto mais alto: 73cm Comprimento: 2,70m Largura:1,70m -Dimensões das embalagens: 02 volumes de 1,76x1,42x0,15m -Peso bruto: 100 Kg	UND	R\$ 2.176,67	01	R\$ 2.176,67
16	602862	Mesa De Pebolim Material: Madeira Maciça Características Adicionais: Bonecos Em Alumínio , Acompanha Bolas Uso: Orientação Desportiva Apresentação: Acabamento Da Estrutura Pintura/Verniz	UND	R\$ 1.537,33	01	R\$ 1.537,33
17	626852 SIMILAR	Robô Inventor 5 Em 1 Componentes: 949 Peças Aplicação: Robô Para Qualquer Tarefa: M.V.P - Um Modular, Características Adicionais 1: Incluindo Hub Inteligente, 4 Motores, Sensor De Uso: Para Idades A Partir Dos 10 Anos * Três servo-motores interativos (2 grandes, um médio) para fazer modelos de movimento. * Ultrasonic, cor, giroscópio e dois sensores de toque para interagir e gravar o ambiente que o modelo está sendo usado. * Bateria recarregável para reduzir em curso custos AA da bateria. * caixa de armazenamento resistente e classificação de bandeja para fácil gerenciamento de sala	UND	R\$ 8.474,38	05	R\$ 42.371,90



		de aula. * instruções de construção de várias cores para se levantar e correr com modelos de base rapidamente.				
18	625259 SIMILAR	Impressora 3d Padrão: Fff/Fdm Tipo Gabinete: Fechado Material Gabinete: Vidro E Perfil De Alumínio Conexão: Usb E Wifi Área Mínima De Impressão: 300 Mm X 300 Mm X 300 Mm Alimentação: Bivolt V Características Adicionais: Com Aquecimento, Velocidade De Impressão 600 Mm/S Padrão Filamentos: Abs, Pla, Petg, Pet, Tpu, Pa, Abs, Asa Velocidade de Impressão: ≤600mm/s Aceleração: ≤20000mm/s²	UND	R\$ 4.769,70	01	R\$ 4.769,70
19	627059	Caixa Som Potência: 1.300 W Cor: Preta Voltagem: 110/220 V Aplicação: Sala De Aula E Eventos Em Laboratório Características Adicionais: Possui Conectividade Bluetooth Componentes Adicionais: Controle Remoto, Entrada Usb	UND	R\$ 929,59	02	R\$ 1.859,18
20	459745 SIMILAR	Tablet Tela: Superior a partir de 8 pol Memória Ram: a partir de 4 GB Armazenamento Interno: a partir de 16 GB Processador: Dual Core Conectividade: Wi-Fi / 3g / 4g / Bluetooth Sistema Operacional: Android	UND	R\$ 755,67	10	R\$ 7.556,70
21	272090 SIMILAR	Tela Projeção Material Estrutura: Metal Tipo Ajuste Tela: Automático De Parada Tipo Acabamento: Pintura Eletrostática Material: Vinil Blackout Cor Acabamento: Branca Tipo Fixação: Teto Cor: Branca 2,03X1,52M 100 Polegadas Com Controle Remoto 220V - AC355, Características Adicionais: Sensor De Corrente Para Acionamento Automático Ao Tipo Tela: Motorizada	UND	R\$ 809,64	03	R\$ 2.428,92
22	617350 SIMILAR	Tela Projeção polegadas: 120" (4:3) formato: 4:3 (vídeo) cor das bordas: preta cor do produto: branca voltagem: não se aplica consumo (em funcionamento): não se aplica cor da área de projeção: branca tecido: matte white (verso preto) medidas da área de projeção aproximadamente: 2,34 (c) x 1,80 (a) m (produto artesanal pode haver variações nas medidas de ate 5% para mais ou para menos). Medidas do produto: 2,40 (c) x 8,3 (l) x 6,7 (a) cm medidas da caixa: 270 (c) x 11,5 (l) x 11 (a) cm altura do tripé: até 2,80 mt. Peso do produto: 18.0 kg peso da embalagem: 18.0 kg modelo: gttm120v fornecedor: grm tecnologia e serviços ltda descrição as telas de projeção grm são feitas com a melhor qualidade para que seu uso seja continuo e durável. Também chamada de tela para projetor, nosso produto possui estojo metálico, e sua fixação pode ser feita no teto ou na parede. Matte white (branco opaco) é o tecido para tela de projeção que utilizamos na fabricação, e possui bordas negras para manter o foco e o contraste corretos. Esse tecido da tela de projeção, gera economia, já que ele é apropriado para o uso, e assim você não precisa adquirir um projetor de alta luminosidade para ter uma projeção de qualidade em ambiente claros. Sua limpeza pode ser feita com agua e sabão neutro. Utilização: - tela de projeção para escritórios; - tela de projeção para cursos.	UND	R\$ 786,33	02	R\$ 1.572,66
		TOTAL R\$ 222.884,5	57			
		MATERIAIS CUSTEI	<u>o</u>			
23	399297 SIMILAR	Bola de Bobath Cód.: 106 Material: pvc./ Inclui inflador./ Diâmetro: 85cm.	UND	R\$ 112,89	06	R\$ 677,34
24	302444 SIMILAR	Puff cubo/ Madeira e Courvim/ quadrado/ Dimensões: 34cm largo, 39cm alto e 34cm longo.	UND	R\$ 49,63	04	R\$ 198,52
25	612523 SIMILAR	Luminária Plafon LED 48W 60x60 Quadrado Sobrepor Branco Frio 6000k/ Acrílico e Alumínio/ iluminação com regulagem	UND	R\$ 116,55	12	R\$ 1.398,60
26	485383 SIMILAR	Cadeiras coloridas/ Material Polipropileno/ Desenho: Gruvyer/ Altura 79 cm Profundidade 53 cm Largura 42 cm Espessura do assento: 10 cm	UND	R\$ 133,65	12	R\$ 1.603,80
27	464269 SIMILAR	Livro Literatura Alice no País das Maravilhas Alice no País das Maravilhas Capa comum – 6 dezembro 2021 Editora : Camelot Editora; 1ª edição (6 dezembro 2021) Idioma : Português Capa comum : 144 páginas ISBN-10 : 6587817653 ISBN-13 : 978-6587817651 Idade de leitura :	UND	R\$ 28,21	10	R\$ 282,10

		Idade sugerida pelo cliente: 10 anos e acima Dimensões :				
28	609770 SIMILAR	15.49 x 0.79 x 22.99 cm Livro Literatura Quarto de despejo - Diário de uma favelada Edição Português por Carolina Maria de Jesus 31 dez. 2006 Editora : Ática; 10ª edição (1 janeiro 2015) Idioma : Português Capa comum : 200 páginas ISBN-10 : 8508171277 ISBN-13 : 978-8508171279 Idade de leitura : 16 anos e acima Dimensões : 21.4 x 13.6 x 1.4 cm	UND	R\$ 74,13	10	R\$ 741,30
29	609770 SIMILAR	Livro Literatura O labirinto do fauno Capa dura – 10 julho 2019 Editora : Intrínseca; 1ª edição (10 julho 2019) Idioma : Português Capa dura : 320 páginas ISBN-10 : 8551005197 ISBN-13 : 978-8551005194 Dimensões : 23.6 x 15.8 x 2 cm	UND	R\$ 56,73	10	R\$ 567,30
30	609770 SIMILAR	Livro Literatura Mafalda: Todas as Tiras Capa comum — Edição padrão, 25 agosto 2016 Editora: Martins Fontes - selo Martins; 1ª edição (25 agosto 2016) Idioma: Português Capa comum: 672 páginas ISBN-10: 8580632927 ISBN-13: 978-8580632927 Idade de leitura: 3 anos e acima Dimensões: 18.2 x 23 x 3.4 cm	UND	R\$ 114,88	10	R\$ 1.148,80
31	609770 SIMILAR	Livro Literatura Matilda (Edição Especial) Capa comum — 27 junho 2022 Editora: Galera Junior; 1ª edição (27 junho 2022) Idioma: Português Capa comum: 252 páginas ISBN-10: 6584824020 ISBN-13: 978-6584824027 Idade de leitura: Idade sugerida pelo cliente: 8 anos e acima Dimensões: 13.5 x 1.3 x 20.5 cm	UND	R\$ 38,15	10	R\$ 381,50
32	609770 SIMILAR	Livro Literatura Anne de Green Gables Coleção Anne de Green Gables com 8 livros mais Diário de aventuras ASIN: B08N9P9M5L Editora: Ciranda Cultural; Edição especial com 8 títulos (10 novembro 2020) Idioma: Português Capa comum: 2352 páginas Idade de leitura: Idade sugerida pelo cliente: 11 anos e acima Dimensões: 22.8 x 16 x 13.8 cm	UND	R\$ 76,30	10	R\$ 763,00
33	609770 SIMILAR	Livro Literatura Coraline: Acompanha marcador de páginas especial Capa dura – Edição padrão, 19 junho 2020 Editora : Intrínseca; Capa Dura com Pintura Trilateral - Acompanha marcador de páginas especial edição (19 junho 2020) Idioma : Português Capa dura : 224 páginas ISBN-10 : 8551006754 ISBN-13 : 978-8551006757 Idade de leitura : Idade sugerida pelo cliente: 11 anos e acima Dimensões : 21.4 x 13.8 x 1.8 cm	UND	R\$ 59,57	10	R\$ 595,70
34	609770 SIMILAR	Livro Literatura Quarto de despejo em HQ Capa comum – 20 fevereiro 2024 Editora: Ática; 1ª edição (20 fevereiro 2024) Idioma: Português Capa comum: 104 páginas ISBN-10: 8508198787 ISBN-13: 978-8508198788 Dimensões: 17 x 0.55 x 24 cm	UND	R\$ 62,87	10	R\$ 628,70
35	609770 SIMILAR	Livro Literatura Querido estudante negro Capa comum – 29 janeiro 2024 Editora : Planeta; 1ª edição (29 janeiro 2024) Idioma : Português Capa comum : 160 páginas ISBN-10 : 8542225007 ISBN-13 : 978-8542225006 Dimensões : 11 x 1 x 18 cm	UND	R\$ 36,17	50	R\$ 1.808,50
36	464269 SIMILAR	Livro Literatura Histórias da Preta (Nova edição) Capa comum – 8 maio 2023 Editora : Companhia das Letrinhas; 3º edição (8 maio 2023) Idioma : Português Capa comum : 64 páginas ISBN-10 : 6581776661 ISBN-13 : 978-6581776664 Idade de leitura : 9 - 11 anos Dimensões : 20 x 0.4 x 26 cm	UND	R\$ 60,14	50	R\$ 3.007,00
37	609770 SIMILAR	Livro Literatura História preta das coisas: 50 Invenções científico-tecnológicas de pessoas negras Capa comum – 1 janeiro 2021 Editora : LF Editorial; 1ª edição (1 janeiro 2021) Idioma : Português Capa comum : 74 páginas ISBN-10 : 655563085X ISBN-13 : 978-6555630855 Dimensões : 22.8 x 15.8 x 0.6 cm	UND	R\$ 36,93	50	R\$ 1.846,50
38	464269 SIMILAR	Livro Literatura Livro Educando Crianças Antirracistas de Pinheiro, Barbara Carine Soares Editorial Planeta Capa Mole em Português 2024 Título do livro Educando crianças antirracistas Autor Soares Pinheiro, Bárbara Carine Idioma Português Editora do livro Outro Planeta Capa do livro Mole Ano de publicação 2024 Quantidade de páginas 48 Altura 21 cm Largura 21 cm Peso 195 g Gênero do livro Infantil Subgêneros do livro Literatura infantil ISBN 9788542229110	UND	R\$ 42,24	50	R\$ 2.112,00
39	609770 SIMILAR	Livro Literatura Liebe o menino chamado amor - Autor Leferr - Editora Bem Literário - ISBN 9788567774008 Livro Literatura Liebe o menino chamado amor Autor: Leferr Editora: Bem Literário Páginas: 112 Encadernação: Brochura ISBN: 9788567774008	UND	R\$ 29,44	200	R\$ 5.888,00

40	608462 SIMILAR	Caixa Plástica Material: Polipropileno Comprimento: 66 CM Largura: 44 CM Altura: 21 CM Características Adicionais: Tampa E Travas Tipo: Caixa Organizadora Capacidade: 45 L Cor: Incolor	UND	R\$ 102,46	30	R\$ 3.073,80
41	464968 SIMILAR	Modelo: Caixa plástica com divisórias; Dimensões: A 4,8cm X L 19,5cm X C 30cm; Cor: transparente; Composição: Polipropileno (PP) - Material atóxico livre de BPA; Quantidade de divisórias: 16; Tampa com trava;	UND	R\$ 30,82	20	R\$ 616,40
42	483798	Filme Plastificação Documento Material: Polaseal Comprimento: 307 MM Largura: 220 MM Espessura: 125 Microns MM Características Adicionais: Transparente Cristal Cor: Incolor Pacote com 100 unidades	PACOTE	R\$ 70,06	05	R\$ 350,30
43	486245	Capa Encadernação Material: Pvc - Cloreto De Polivinila Tipo: A4 Cor: Cristal Formato: 210 X 297 MM Lombada: 3 MM Características Adicionais: Térmica, Curvin Steelcrystal, Lombada Aç o, Resina, Embalagem com 50 unidades	CAIXA	R\$ 18,21	20	R\$ 364,20
44	400545	Capa Encadernação Material: Pvc - Cloreto De Polivinila Tipo: A4 Cor: Preta Formato: 210 X 297 MM Transmitância: Fosco Características Adicionais: Sem Furo Caixa com 50 unidades	CAIXA	R\$ 16,29	20	R\$ 325,80
45	445461	Espiral Encadernação Material: Pvc - Cloreto De Polivinila Diâmetro: 9 MM Comprimento: 330 MM Quantidade Folhas: 50 UN Apresentação: Pacote Com 100 Unidades	PACOTE	R\$ 17,49	05	R\$ 87,45
46	625376	Espiral Encadernação Material: Pvc - Cloreto De Polivinila Diâmetro: 14 MM Comprimento: 33 CM Apresentação: Pacote Com 100 Unidades	PACOTE	R\$ 27,42	05	R\$ 137,10
47	464733	Bola De Tênis De Mesa Material: Acetato De Celuloide Características Adicionais: Tamanho Oficial,40mm Apresentação: Embalagem Com 50 Unidades	UNIDADE	R\$ 74,24	300	R\$ 22.272,00
48	602264	Raquete Esportiva Material Corpo: Borracha Tamanho: Único Aplicação: Tênis De Mesa Características Adicionais: 2 Lados Revestidos	UND	R\$ 33,65	10	R\$ 336,50
49	450238	Bola Esportiva Material: Poliuretano Peso Cheia: 400 A 450 G Características Adicionais: Miolo Substituível E Lubrificado Circunferência: 68 A 70 CM Modelo: Futevôlei	UND	R\$ 104,66	05	R\$ 523,30
50	366900 SIMILAR	Tela De Pintura Material: Tecido Algodão Cor: Branca Comprimento: 24 CM Largura: 18 CM Uso: Artístico	UND	R\$ 4,37	700	R\$ 3.059,00
51	434904 SIMILAR	Tela De Pintura Material: Tecido Algodão Comprimento: 40 CM Largura: 50 CM Uso: Artístico Características Adicionais: Moldura Em Madeira	UND	R\$ 17,06	200	R\$ 3.412,00
52	424122 SIMILAR	Tela De Pintura Material: Tecido Algodão Comprimento: 30 CM Largura: 40 CM Uso: Artístico Características Adicionais: Moldura Em Madeira	UND	R\$ 8,36	200	R\$ 1.672,00
53	269097 SIMILAR	Quadro Flip Chart Material Perfil: Alumínio Material Fundo: Madeira Cor Fundo: Branca Revestimento: Laminado Melamínico Texturizado Medidas: altura 175cmx90x60 Características Adicionais: C/ Cavalete Madeira 1,72m., Rodízio E Suporte P/ C	UND	R\$ 260,21	02	R\$ 520,42
54	433003 SIMILAR	Cavalete Pintura Material: Madeira Tratamento Superficial: Envernizado Tamanho: Grande Base Apoio: Móvel Características Adicionais: Suporte Para Tela De 1,60m A 2,25m	UND	R\$ 107,23	06	R\$ 643,38
55	610386 SIMILAR	Globo Geográfico Aplicação: Ensino E Aprendizagem Material: Plástico Diâmetro: 30 CM Tipo: Geográfico Características Adicionais: Alto Relevo	UND	R\$ 158,00	02	R\$ 316,00
56	486429 SIMILAR	Jogo / Brinquedo Pedagógico Tipo: Conjunto De Sólidos Geométricos Material: Acrílico Quantidade: Com 12 Peças, Medindo Aproximadamente 5x2,5cm. Caracteristicas Adicionais: Contém Os Poliedros Convexos Regulares Que Permite	UND	R\$ 112,71	10	R\$ 1.127,10
57	609317 SIMILAR	Papel almaço Tamanho: 21x29,7cm / 210x297mm Tipo: Quadriculado 5x5 Quantidade Folhas:50 Aplicação: Refil Para Risque Rabisque Gramatura: 56 gr	UNIDADE	R\$ 13,94	20	R\$ 278,80
58	461573 SIMILAR	Pufe Revestimento Interno: Flocos De Isopor Revestimento Externo: Couro Sintético Formato: Pêra Altura: 100 CM Largura: 90 CM Profundidade: 90 CM Cor: azul	UND	R\$ 260,67	02	R\$ 521,34
59	461573 SIMILAR	Pufe Revestimento Interno: Flocos De Isopor Revestimento Externo: Couro Sintético Formato: Pêra Altura: 100 CM Largura: 90 CM Profundidade: 90 CM Cor: amarelo	UND	R\$ 260,67	02	R\$ 521,34
60	461573 SIMILAR	Pufe Revestimento Interno: Flocos De Isopor Revestimento Externo: Couro Sintético Formato: Pêra Altura: 100 CM Largura: 90 CM Profundidade: 90 CM Cor: vermelho	UND	R\$ 260,67	02	R\$ 521,34
61	461573 SIMILAR	Pufe Revestimento Interno: Flocos De Isopor Revestimento Externo: Couro Sintético Formato: Pêra Altura: 100 CM Largura: 90 CM Profundidade: 90 CM Cor: verde	UND	R\$ 260,67	01	R\$ 260,67

				_		
62	473740 SIMILAR	Acessórios Para Estudo/Treinamento Tipo: Kit Montagem De Robôs Apresentação: Blocos Plásticos Encaixáveis, Servomotores, Sensor, Engrenagens, pesos, molas, minifiguras, bandejas de classificação codificadas por cores Aplicação: Curso De Robótica Número de blocos: 523	UND	R\$ 1.733,34	05	R\$ 8.666,70
63	620909	Brinquedo Em Geral Material: Mdf Tipo 2: Domino Das Frações Componentes: 28 Peças Com Tamanhos Aproximados De 35 X 70 X Características Adicionais 1: Com Caixa De Madeira Tipo Estojo	UND	R\$ 22,67	10	R\$ 226,70
64	473740 SIMILAR	Acessórios Para Estudo/Treinamento Tipo: Kit Montagem Quantidade de peças: 790 Material - Plástico, ABS Formas das peças – Bloco Vem em 33 cores diferentes Ele vem em uma conveniente caixa de armazenamento de plástico Uso: Alunos Do Ensino Fundamental II	UND	R\$ 454,75	10	R\$ 4.547,50
65	621479 SIMILAR	Fone Ouvido Tipo: Headset Potência: 10 MW Impedância: 50 OHMS Freqüência: 50 A 16.000 HZ Comprimento Fio: 3 M Modelo: Profissional Sensibilidade: 100 DB Cor: Preta Acessórios: Antenas Externas Tipo Cabo: Stereo Distorção Harmônica Total: 0,1 PER Aplicação: Áudio Alcance: 100 M Tipo Microfone: Omnidirecional Equilíbrio Dos Canais:	UND	R\$ 74,75	35	R\$ 2.616,25
66	627039 SIMILAR	Kit de Robótica MDF Plataforma Hidráulica STEM Plataforma Hidráulica para aprendizado prático de mecânica e hidráulica. Guia passo a passo e vídeos tutoriais para facilitar a montagem. Fonte de Energia: Pilhas AA Material: MDF Número da peças: +100 Quantidade de itens: +5 Aviso de segurança: Inmetro	UND	R\$ 46,07	10	R\$ 460,70
67	627039 SIMILAR	Kit de Montagem 3 em 1 Retroescavadeiras Hidráulicas em MDF. Fonte de Energia: Pilhas AA Material: MDF Número da peças: +100 Quantidade de itens: +5 Aviso de segurança: Inmetro Certificação de teste externa: Inmetro	UND	R\$ 243,85	10	R\$ 2.438,50
68	627039 SIMILAR	Kit de Robótica STEM Carrinho Corrida MDF Fonte de Energia Pilhas AA Material: MDF Número da peças: +100 Quantidade de itens: +5 Aviso de segurança: Inmetro Exige montagem: Sim Componentes incluídos: Peças Estruturais de mdf, motor a pilha, rodas, engrenagens de movimento.	UND	R\$ 230,61	10	R\$ 2.306,10
69	482407 SIMILAR	Conjunto Manutenção Impressora / Copiadora Tipo Impressora: 3d Tipo: Filamento Componentes: Filamento Pla Cores diversas	UND	R\$ 120,93	10	R\$ 1.209,30
70	464257 SIMILAR	Livro Didático Manual do Mundo: 50 experimentos para fazer em casa Editora : Editora Sextante; 2ª edição (24 fevereiro 2021) Idioma : Português Capa comum : 192 páginas ISBN-10 : 6555640790 ISBN-13 : 978-6555640793 Idade de leitura : Idade sugerida pelo cliente: 8 anos e acima Dimensões : 27.2 x 20.4 x 1.2 cm	UND	R\$ 64,27	40	R\$ 2.570,80
71	464257 SIMILAR	Livro Didático Robótica com sucata Editora: Moderna Literatura; 1ª edição (4 novembro 2021) Idioma: Português Capa comum: 56 páginas ISBN-10: 8516133362 ISBN-13: 978-8516133368 Dimensões: 13.8 x 4 x 20.8 cm	UND	R\$ 65,44	40	R\$ 2.617,60
72	464257 SIMILAR	Robótica com sucata II: Uma aventura pela criatividade Editora : Moderna Literatura; 1ª edição (27 outubro 2023) Idioma : Português Capa comum : 64 páginas ISBN-10 : 8552729172 ISBN-13 : 978-8552729174 Dimensões : 20 x 0.2 x 26 cm	UND	R\$ 62,17	40	R\$ 2.486,80
73	411907 SIMILAR	Guilhotina Especificações Técnicas: Feita em aço; Capacidade de corte: Até 400 folhas; Tipo: A3; Faca com trava automática; Pés emborrachados; Esquadro perfeito: Possui um esquadro fixo e um móvel, que deve ser ajustado no tamanho do corte; Prensagem do papel através de uma manivela rotatória, permitindo agilidade e eficiência no processo; Comprimento do corte: 43cm; Largura da guilhotina: 54cm; Profundidade da guilhotina: 66cm	UND	R\$ 1.275,61	02	R\$ 2.551,22
74	430464 SIMILAR	Pufe Material Estrutura: Madeira Revestimento Interno: Espuma De Poliuretano Revestimento Externo: Couro Sintético Quantidade Rodízios: 4 Formato: Quadrado Cor: preta Dimensões: 42 cm de altura com pés, 34 cm de largura e 34 cm de comprimento	UND	R\$ 42,23	10	R\$ 422,30
75	430464 SIMILAR	Pufe Material Estrutura: Madeira Revestimento Interno: Espuma De Poliuretano Revestimento Externo: Couro Sintético Quantidade Rodízios: 4 Formato: Quadrado Cor: amarelo Dimensões: 42 cm de altura com pés, 34 cm de largura e 34 cm de comprimento	UND	R\$ 42,23	10	R\$ 422,30
76	430464 SIMILAR	Pufe Material Estrutura: Madeira Revestimento Interno: Espuma De Poliuretano Revestimento Externo: Couro Sintético Quantidade Rodízios: 4 Formato: Quadrado Cor: azul Dimensões: 42 cm de altura com pés, 34 cm de largura e 34 cm de comprimento	UND	R\$ 42,23	10	R\$ 422,30

77	430464 SIMILAR	Pufe Material Estrutura: Madeira Revestimento Interno: Espuma De Poliuretano Revestimento Externo: Couro Sintético Quantidade Rodízios: 4 Formato: Quadrado Cor: vermelho Dimensões: 42 cm de altura com pés, 34 cm de largura e 34 cm de comprimento	UND	R\$ 42,23	10	R\$ 422,30	
78	430464 SIMILAR	Pufe Material Estrutura: Madeira Revestimento Interno: Espuma De Poliuretano Revestimento Externo: Couro Sintético Quantidade Rodízios: 4 Formato: Quadrado Cor: verde Dimensões: 42 cm de altura com pés, 34 cm de largura e 34 cm de comprimento	UND	R\$ 42,23	10	R\$ 422,30	
79	474955 SIMILAR	Papel de Parede Escolar Área Criativa Espaço Maker 15m² Tamanho 15m² Papel de Parede Painel Adesivo, não precisa passar cola; Vinil mais grosso que facilita a aplicação; Inclui espátula para aplicação; Inclui manual de aplicação; Lavável; Produto não tóxico; Garantia de 12 meses	UND	R\$ 686,57	01	R\$ 686,57	
80	474955 SIMILAR	Papel de Parede Escola Sala de Robótica Tons Azul 15m² Tamanho 15m² Papel de Parede Painel Adesivo, não precisa passar cola; Vinil mais grosso que facilita a aplicação; Inclui espátula para aplicação; Inclui manual de aplicação; Lavável; Produto não tóxico; Garantia de 12 meses	UND	R\$ 661,57	01	R\$ 661,57	
81	335428 SIMILAR	Tinta T544 Kit Com 4 Cores Para Epson 1 REFIL TINTA BLACK T544(120) 65ml 1 REFIL TINTA CYAN T544(220) 65ml 1 REFIL TINTA T544(320) 65ml 1 REFIL TINTA MAGENTA T544(320) 65ml 1 REFIL TINTA YELLOW T544(420) 65ml MARCA: EPSON Rendimento 1 garrafa com tinta preta rende até 4.500 paginas 3 garrafas colorida rende até 7.500 paginas IMPRESSORAS COMPATIVEIS PARA USO: L3110 L3150 L5190 Especificações de impressão -Conteúdo: 65ml -Cor dos cartuchos: BLACK / CYAN / MAGENTA / YELLOW -Tecnologia de impressão: Jato de tinta -TINTAS A BASE DE CORANTE	UNIDADE	R\$ 89,73	10	R\$ 897,30	
82	626851	Brinquedo Em Geral Tipo 2: Conjunto Energias Renováveis - Expansão Máquinas Componentes 01: 12 Peças Aplicação: Explorar O Fornecimento, A Transferência, O Acúmu Características Adicionais 1: Inclui Painel Solar, Lâminas Da Turbina, Motor/Ge Uso: Alunos Do Ensino Fundamental Ii	UNIDADE	R\$ 111,34	10	R\$ 1.113,40	
	TOTAL R\$ 102.757,41						

- 9.1. O quantitativo apresentado foi estabelecido a partir de levantamentos realizados pelo Departamento de Ensino, mediante as metas e estratégias definidas para o Programa Escola em tempo integral;
- 9.2. A quantidade máxima de cada item a ser adquirida, refere-se a 100% do quantitativo descrito na tabela dos itens;
- 9.3. Não haverá quantidade mínima a ser cotada, devendo os participantes ofertarem 100% do quantitativo descrito na tabela dos itens;
- 9.4. Não haverá possibilidade de prever preços diferentes.
- 9.5. Não haverá possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.
- 9.6. A proposta apresentada pelas empresas terá validade de 90 dias a contar da sua apresentação;

10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

- 10.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 325.641,98 (trezentos e vinte e cinco mil seiscentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos);
- 10.2. Os valores utilizados como parâmetros no ETP Estudo Técnico preliminar, foram definidos a partir das contratações firmadas em outras aquisiçoes;

11. ADEQUAÇÃO ORCAMENTÁRIA:

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

Programa de trabalho n° .: 20.07.12.361.0040.1074 e 20.07.12.361.0040.2081;

Elemento de Despesa nº.: 4.4.90.52.99 e 3.3.90.30.99

Código Reduzido nº.: 1169 e 1170

Fonte de Recurso: 0.2.2569;

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Entregar os itens, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.
- b) Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.
- c) Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.
- d) Responsabilizar-se, exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação.
- e) Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.
- f) Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.
- g) Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.
- h) Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos materiais fornecidos, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.
- Não utilizar o nome do Município de Casimiro de Abreu ou do órgão gestor da contratação em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.
- j) Não se pronunciar em nome do Município de Casimiro de Abreu ou do órgão gestor da contratação aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.
- k) Comunicar ao órgão gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.
- Comunicar ao órgão gestor da contratação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, email).
- m) Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.
- n) Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providencias necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.
- o) Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.
- p) Assumir total responsabilidade pelos materiais que apresentarem não conformidade, má qualidade



e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Casimiro de Abreu e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.

- q) Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.
- r) Requerer a exclusão do Município e do órgão gestor da contratação de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.
- s) Obter as licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.
- t) Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- u) O Município de Casimiro de Abreu e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.
- b) Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.
- c) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos materiais efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 14.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:
- 14.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 14.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 14.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 14.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;
- 14.1.5. Não manter a proposta, apresentada no ato da licitação;
- 14.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 14.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 14.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- 14.2.1. Advertência;



- 14.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;
- 14.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Casimiro de Abreu, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 14.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 31 e seguintes da Lei Municipal nº 2384/2023.
- 14.4. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Secretaria Municipal de Controle Interno, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).
- 14.5. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.
- 14.6. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

15.1. Este Termo de Referência é parte integrante e complementar às cláusulas e condições previstas no edital de licitação, vinculando os agentes públicos e licitantes que participarem do certame e das contratações para todos os fins.

Casimiro de Abreu, 18 de julho 2025

Elaborado por: Kalliny Miranda Costa tinoco – matricula 6102.

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, APROVO o presente Termo de Referência.

Gracenir Alves de Oliveira Secretária Municipal de Educação



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa abaixo se propõe a executar os serviços o objeto deste edital, conforme discriminado no Termo de Referência – Anexo I, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente:					
Endereço:					
Cidade:		Estado:	CEP:		
Telefone: ()		Fax: (_)		
E-mail:					
CNPJ:					

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							

l.	PREÇO TOTAL OFERTADO:
1.1.	O preço total ofertado é R\$ (
1.2.	O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas,
orevid	enciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital do Pregão Eletrônico n.º/2025.
1.3.	Declaro, ainda, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na
Consti	ituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de
condu	ta vigentes na data de entrega, nos termos do artigo 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
2.	PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:
2.1.	O prazo de validade desta proposta comercial é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega ao pregoeiro.
3.	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
3.1.	Esta proposta está de acordo com todas as demais condições exigidas no Termo de Referência e seus anexos.
1 .	DADOS BANCÁRIOS:
BANC CONT AGÊN	'A CORRENTE:
	Local e data

Nome da empresa licitante Responsável legal assinar e carimbar

ANEXO III

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO N°/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°/2025
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU E A EMPRESA NA FORMA ABAIXO:
Pelo presente instrumento de CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre se celebram, o MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, inscrito no CNPJ sob o no estabelecida estabelecida na cidade de Casimiro de Abreu - RJ neste ato representado por seu Secretário(a), devidamente nomeado pela Portaria No
(nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade no expedida pelo e CPF no, residente e domiciliado à
doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO , e, de outro lado, a empresa inscrita no CNPJ sob o no com sede à Rua
neste ato representado pelo seu representante legal portador da Carteira de Identidade no portador da Carteira de Identidade no denominada simplesmente CONTRATADA , conforme autorizado no Processo Administrativo no 2.384/2023, regendo-se às normas constantes da Lei Federal no 14.133/2021, da Lei Municipa no 2.384/2023, Decreto Municipal no 3.335/2023 e da legislação correlata, bem como de acordo com as cláusulas contratuais abaixo descritas.
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E DA FINALIDADE 15.2. O presente contrato tem por objeto a aquisição de e materiais pedagógicos, tecnológicos brinquedos educativos e equipamentos para sala multidisciplinar, conforme especificado no termo de referência anexo ao edital e que faz parte integrante e complementar do processo administrativo em epígrafe.
15.3. A finalidade da contratação é, conforme especificado no termo de referência anexo ao edital e que faz parte integrante e complemental do processo administrativo em epígrafe.
15.4. A lavratura do presente contrato foi autorizada pelo Ordenador de Despesas, conforme decisão constante à fl. do processo administrativo em epígrafe.



CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1.	Ο	MUNIC	CIPIO	efetuará	0	pagamento	à	CONTRA	TAD	A pela	pres	stação	de	ser	viços
efetiva	mer	nte exe	cutad	a, do val	lor	de R\$		(_), e	nele	dev	erão
estar i	inclu	uídas to	odas a	s despe	sas	necessárias	à	execução	do	objeto,	livre	de qu	uaisq	uer	ônus
para o	MU	INICIPI	Ο.												

- 2.2. Os preços unitários e totais estão discriminados na proposta da Contratada.
- 2.3. Nos preços propostos para entrega dos materiais / prestação de serviço em questão estão inclusos todos os custos, insumos, despesas de frete, embalagens, impostos, transporte e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações a título de revisão de preços ou reembolso, sejam a que título for.
- 2.4. Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, em moeda corrente nacional, por meio de TED (Transferência Eletrônica Disponível) de acordo com os valores apurados por servidores competentes do MUNICÍPIO e prepostos habilitado da contratada, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços.
- 2.5. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31° (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre a data do efetivo pagamento e o 30° (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.
- 2.6. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- 2.7. Nas faturas deverão constar obrigatoriamente, além da data de assinatura do contrato e do período a que se refere a prestação de serviços, as seguintes informações:
- 2.7.1. O número do instrumento contratual;
- 2.7.2. O nome e código do banco;
- 2.7.3. Agência e número da conta corrente da contratada.
- 2.8. Para a autorização do pagamento, a CONTRATADA deverá enviar à Secretaria Municipal responsável pelo contrato, ou local por ela designado:
- 2.9. As notas fiscais deverão ser entregues com os seguintes documentos:
- 2.9.1. Nota fiscal/fatura mensal respectiva, referente a prestação de serviços do mês anterior, ou na forma que a legislação tributária venha a exigir;
- 2.9.2. Comprovação de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

- 2.9.3. Comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 2.10. A fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.
- 2.11. A devolução da fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO em hipótese alguma autorizará a CONTRATADA a suspender a prestação dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.
- 2.12. Sobre o valor total da remuneração incidem as obrigações fiscais, conforme a legislação vigente.
- 2.13. Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO.
- 2.14. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais.
- 2.15. O MUNICÍPIO poderá glosar ou reter o pagamento de qualquer fatura, ou da parte do pagamento vinculada a prestação dos serviços, nos seguintes casos, dentre outros definidos neste contrato:
- 2.15.1. Imperfeição nos serviços prestados;
- 2.15.2. Discordância ou necessidade de maiores esclarecimentos a respeito do serviço, por parte do MUNICÍPIO e/ou responsável pelo contrato;
- 2.15.3. Débito da CONTRATADA para com o MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, que provenha da execução deste contrato, ainda que resulte do inadequado cumprimento de outras obrigações não integrantes da fatura referida no *caput*;
- 2.15.4. O não cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- 2.15.5. Eventual responsabilização solidária e/ou subsidiária, originada em decorrência da execução do presente contrato.
- 2.16. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva do MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, no prazo estabelecido neste contrato, configurará mora.

CLÁUSULA TERCEIRA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.3.	espesa	s oriundas des	te C0	ONTRATO cor	rerão	por conta	dos recursos	orça	mentários
consignados	ao	MUNICÍPIO	DE	CASIMIRO	DE	ABREU,	programa	de	trabalho
	<u> </u>	, elemento	o de	despesa			, vigente pa	ara o	exercício
de									

3.4. Quando a vigência do contrato ultrapassar o exercício fiscal, se necessário for, a manutenção deste ficará vinculada à aprovação do orçamento do(s) exercício(s) posteriores, onde existirão verbas consignadas em dotação apropriada, em observância ao principio da anualidade.

CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

4.1. Em virtude da possibilidade de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos e de outras providências de ordem administrativa, não se configurará mora do MUNICÍPIO nos 02 (dois) primeiros meses do exercício, ficando-lhe facultado o pagamento sem encargos moratórios até o terceiro mês do exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, a contar da data da assinatura do contrato, na forma da Lei Federal n° 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 5.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado, podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 5.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.
- 5.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.
- 5.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.
- 5.5. Nos termos do artigo 231 do Decreto Municipal nº 3.335/2023, serão objeto de preclusão:
- 5.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato;
- 5.5.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 7.1. Prestar o serviço, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.
- 7.2. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

- 7.3. Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 7.4. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.
- 7.5. Responsabilizar-se, exclusivamente por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, trabalhista, segurança e medicina do trabalho, previdenciária ou comercial, decorrente da contratação.
- 7.6. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.
- 7.7. Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.
- 7.8. Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços ora contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.
- 7.9. Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos serviços executados, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.
- 7.10. Não utilizar o nome do Município de Casimiro de Abreu ou do órgão gestor da contratação em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.
- 7.11. Não se pronunciar em nome do Município de Casimiro de Abreu ou do órgão gestor da contratação aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.
- 7.12. Comunicar ao órgão gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.
- 7.13. Comunicar ao órgão gestor da contratação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).
- 7.14. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do serviço a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida

divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

- 7.15. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providencias necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.
- 7.16. Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.
- 7.17. Assumir total responsabilidade pelos materiais que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Casimiro de Abreu e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.
- 7.18. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em descordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.
- 7.19. Requerer a exclusão do Município e do órgão gestor da contratação de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.
- 7.20. Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.
- 7.21. Cumprir com todas as demais obrigações constantes do Termo de Referência anexo ao edital.
- 7.22. O Município de Casimiro de Abreu e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.
- 7.23. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, limitado a 30% (trinta por cento), a ser calculado sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da conversão em multa compensatória e consequente extinção do contrato, com a aplicação cumulada das demais sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

- 8.1. Fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da CONTRATADA, encaminhando os documentos pertinentes à adequada realização do serviço correspondente.
- 8.2. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua

ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

- 8.3. Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.
- 8.4. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos materiais efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 8.5. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, no prazo de 2 (dois) meses, após concluída a instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 8.6. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar a prestação de serviço ora contratada, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela
Comissão de Fiscalização, representantes do MUNICÍPIO especialmente designados para esse
fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 2.384/2023, Decrete Municipal nº 3.335/2023 e da legislação correlata:
10.1.1. Gestor do Contrato:

10.1.2. Comissão	•			
designados por inte Referência.				

- 10.2. São atribuições do Gestor de Contratos:
- 10.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e seus saldos, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;
- 10.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;
- 10.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante toda a execução do contrato, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;
- 10.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;

- 10.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;
- 10.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 10.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;
- 10.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;
- 10.2.9. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 10.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;
- 10.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;
- 10.2.12. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 10.2.13. Exercer outras atividades compatíveis com a função.
- 10.3. São atribuições da Comissão de Fiscalização:
- 10.3.1. Acompanhar os prazos de execução dos serviços, diligenciando com a CONTRATADA, se necessário:
- 10.3.2. Receber, provisória e definitivamente, os serviços, mediante termo detalhado;
- 10.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal da CONTRATADA;
- 10.3.4. Devolver à CONTRATADA as notas fiscais em desconformidade com o contrato;
- 10.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- 10.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;
- 10.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 10.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;
- 10.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela CONTRATADA ou conforme disposto em contrato:

- 10.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização de serviços;
- 10.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas aos serviços;
- 10.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela CONTRATADA;
- 10.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 10.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 10.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à CONTRATADA, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 10.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da CONTRATADA, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução dos serviços;
- 10.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;
- 10.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;
- 10.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução dos serviços a serem adquiridos;
- 10.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à CONTRATADA;
- 10.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da CONTRATADA previstas no termo de referência, no projeto básico e no contrato;
- 10.3.22. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:
- 11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;
- 11.1.4. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- 11.1.5. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 11.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 11.2.1. Advertência;
- 11.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;
- 11.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Casimiro de Abreu, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 11.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com os artigos de 31 ao 44 da Lei Municipal nº 2.384/2023.
- 11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 11.5. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Secretaria Municipal de Controle Interno, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).
- 11.6. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.
- 11.7. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva CONTRATADA. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 12.1. Constituem motivo para extinção do presente contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades nele previstas e na Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento de qualquer de seus termos, cláusulas ou condições, a cessação de sua necessidade ou ocorrência de qualquer situação prevista no art. 137 da Lei de Licitações.
- 12.2. No ato da extinção contratual, a CONTRATADA prestará contas dos produtos que lhe tenham sido solicitados.
- 12.3. Constatados prejuízos decorrentes da atuação irregular da CONTRATADA no momento da extinção, poderá o MUNICÍPIO efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, no limite suficiente à compensação dos mesmos.
- 12.4. Em qualquer hipótese de extinção contratual, a CONTRATADA somente terá direito à remuneração pelos serviços executados.
- 12.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de extinguir este Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.
- 12.6. A CONTRATADA reconhece os direitos do MUNICÍPIO DE CASIMIRO DE ABREU, em caso de extinção com fundamento no art. 138, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA

- 13.1. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, com cópia ao Departamento de Assessoria Técnica e Jurídica, Contratos e Publicações no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 13.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Município de Casimiro de Abreu.
- 13.3. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Casimiro de Abreu e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pela CONTRATADA, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transportes, vales-refeições e verbas rescisórias, prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada e prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 13.4. A CONTRATADA fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão;
- 13.5. No caso de renovação da contratação, a CONTRATADA deverá renovar a garantia;

- 13.6. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a CONTRATADA reforçará a garantia, conforme o caso;
- 13.7. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias;
- 13.8. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização;
- 13.9. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);
- 13.10. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a extinção unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGURO, ETC.

- 14.1. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias a execução dos serviços, salvo as despesas a serem pagas pelo MUNICÍPIO, devidamente expressas neste contrato.
- 14.2. Se durante o prazo de vigência deste contrato, houver alteração e/ou criação das alíquotas de tributos ou encargos ou instituição de outros que incidam sobre a prestação dos serviços objeto deste instrumento, o MUNICÍPIO procederá conforme a seguir:
- 14.2.1. Caso haja diferença a maior, o MUNICÍPIO somente procederá ao pagamento mediante comprovação pela CONTRATADA do ônus decorrente;
- 14.2.2. Na hipótese da CONTRATADA, vir a beneficiar-se de isenções junto ao Fisco, o MUNICÍPIO procederá à revisão do custo indicado na data-base;
- 14.2.3. Serão consideradas, para fins desta cláusula, as alterações de tributos ou encargos que comprovadamente incidam sobre os insumos que compõem o objeto deste contrato.
- 14.3. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar à CONTRATADA quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos devidos direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.
- 14.4. Quando por disposição legal, o MUNICÍPIO for o responsável pelo recolhimento de tributos decorrentes deste contrato e, por exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, vier a responder por acréscimos e/ou outros encargos em decorrência de erro no faturamento por não cumprimento das condições que possibilitem o correto recolhimento dos tributos devidos, aqueles valores atualizados serão descontados da fatura que originou a incorreção, ou daquela que vier a ser apresentada imediatamente após a ocorrência do evento apontado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REGULARIDADE JUNTO AO INSS, FGTS E ICMS

15.1. A CONTRATADA, no ato da celebração deste instrumento, declara que ficam mantidas todas as condições pertinentes contidas no artigo 68, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo imediatamente comunicar o MUNICÍPIO qualquer alteração que possa comprometer a manutenção de seus termos, bem como mantê-las atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VINCULAÇÃO

16.1. O presente Contrato fica vinculado ao Termo de Referência, ao edital de licitação e seus anexos, bem como à proposta do licitante vencedor, constantes do processo administrativo em epígrafe, nos termos do artigo 92, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- 17.1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas mediante Termo Aditivo e em conformidade com o artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 17.2. Qualquer tolerância das partes no que diz respeito ao cumprimento no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e/ou condições contratuais, será considerado como concessão excepcional, não constituindo inovação do ajustado, nem precedente invocável pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CASOS FORTUÍTOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

- 18.1. As partes não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.
- 18.2. O MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior, por intermédio de comissão especialmente designada para esse fim, a quem compete apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, nos termos do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1. Os agentes públicos responderão, na forma da Lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem o MUNICÍPIO no exercício de atividades especificas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais nestas "Disposições Gerais".
- 20.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional

concessão do MUNICÍPIO, cujo objetivo final é o atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

- 20.3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.
- 20.4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.
- 20.5. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do MUNICÍPIO.
- 20.6. Em caso de conflito entre os termos do presente contrato e seus anexos, prevalecerá sempre o disposto no contrato.
- 20.7. Caso o presente instrumento seja assinado de forma digital ou eletrônica em datas diversas, considerar-se-á a data da última assinatura para fins de vigência.
- 20.8. A CONTRATADA tem conhecimento do código de Integridade do Agente Público do Poder Executivo do Município de Casimiro de Abreu, Lei Municipal n.º 2.304/2023, constante no link https://casimirodeabreu.rj.gov.br/leis/.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL N.º 12.846/13 E LEI MUNICIPAL N.º 2304/2023

21.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

- 22.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 22.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
- 22.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

- 22.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.
- 22.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Cidade de Casimiro de Abreu, Estado do Rio de Janeiro.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Casimiro	de Abreu, de	de 202
MUNICÍPIO (Secretário Municipal) Contratante	CONTRATADA Empresa RL xxxxxxxxxxxxxxxxx Contratada	
RG. n.° CPF n.°	_	
RG n.º CPF n.º	_	